



# CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

**Gabinete do Vereador John Monteiro – PT do B**

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº /2013

**0024 / 2013**

**Dispõe sobre o fomento à tecnologia social no âmbito dos programas públicos municipais de ciência e tecnologia.**

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 125 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, após ouvido o Plenário, vem submeter à apreciação desta augusta Casa legislativa a Indicação em epígrafe, a qual, depois de aprovada, será enviada o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, a fim de que a mesma retorne a esta Casa em forma de Mensagem

**Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza,  
Fortaleza, em 21 de *fev* de 2013.**

*JOHN Monteiro*  
Vereador John Monteiro  
PT do B

**DEPTO. LEGISLATIVO  
RECEBIDO**

**21 FEV. 2013**

*[Assinatura]*  
h. N.º de fls. *0*  
Servidor

---

**Rua: Dr. Thompson Bulcão, No. 830 – Gabinete 25  
Luciano Cavalcante – CEP. 60.810-460 – Fortaleza/CE  
Fone: (85) 3444.8352**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA**

**Gabinete do Vereador John Monteiro – PT do B**

**ANEXO I**

**(À INDICAÇÃO Nº /2013)**

**0024 / 2013**

**PROJETO DE LEI Nº /2013**

**Dispõe sobre o fomento à tecnologia social no âmbito dos programas públicos municipais de ciência e tecnologia.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º.** Ficam incluídas ações de fomento à tecnologia social no âmbito dos programas públicos municipais de ciência e tecnologia, em conformidade com o disposto nesta Lei.

**Art. 2º.** Para os efeitos desta Lei, são consideradas tecnologia social as técnicas, as práticas, as metodologias e os produtos reaplicáveis que:

I - proporcionem a participação da comunidade e a apropriação do conhecimento por parte dos envolvidos;

II - utilizem o planejamento e a aplicação de saberes de forma sistematizada, gerando aprendizagens que sirvam de referência para novas experiências;

III - atendam aos critérios de simplicidade e de economicidade;

IV - visem à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

**Art. 3º.** São objetivos das ações de fomento à tecnologia social de que trata esta Lei:

I - promover a integração das tecnologias sociais às políticas sociais e de desenvolvimento econômico sustentável;

II - contribuir para a interação entre o conhecimento acadêmico e o saber popular;

III - proporcionar melhor qualidade de vida para a população, especialmente para a parcela que se encontra em situação de exclusão social;



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA**

**Gabinete do Vereador John Monteiro – PT do B**

IV - incluir as tecnologias sociais exitosas nos programas e projetos das diferentes áreas das políticas públicas municipais;

V - promover o desenvolvimento sustentável;

VI - promover a reaplicação das técnicas, produtos e tecnologias desenvolvidos por meio de tecnologias sociais nas políticas setoriais do Município.

**Art. 4º.** Serão incentivados pelos mecanismos de fomento às tecnologias sociais:

I – os estudos, projetos, programas e ações visando à promoção, à potencialização e ao fortalecimento das tecnologias sociais;

II – a constituição de parcerias estratégicas e desenvolvimento de projetos de cooperação para atividades de pesquisa que visem à difusão de tecnologia social;

III – as iniciativas que visem, por meio da utilização de tecnologias sociais, a reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

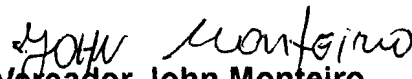
**Art. 5º.** São beneficiárias dos recursos, concedidos por meio dos mecanismos estabelecidos nos termos do art. 4º, as pessoas naturais e jurídicas que realizem atividades de pesquisa, criação, adaptação ou aplicação de produtos ou metodologias desenvolvidas por meio de tecnologias sociais.

Parágrafo único. Os critérios para a seleção dos beneficiários a que se refere o *caput* deste artigo serão definidos em regulamento.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza,  
Fortaleza, em        de        de 2013.**

  
**Vereador John Monteiro  
PT do B**

---

**Rua: Dr. Thompson Bulcão, No. 830 – Gabinete 25  
Luciano Cavalcante – CEP. 60.810-460 – Fortaleza/CE  
Fone: (85) 3444.8352**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

**Gabinete do Vereador John Monteiro – PT do B**

## **JUSTIFICATIVA**

As tecnologias sociais se situam no meio de uma gama de atividades de ciência, tecnologia e inovação, com a característica própria de aproximar e estreitar as relações entre a tecnologia e as demandas sociais para melhoria de qualidade de vida da população. Baseiam-se em pesquisas baseadas em conhecimentos populares ou científicos e tecnológicos, e se voltam para a resolução de problemas sociais na promoção do desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, nas mais diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, agricultura, saneamento, habitação, inclusive as áreas de assistência, defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e povos tradicionais.

Assim, a tecnologia social é definida como sendo um conjunto de técnicas e procedimentos, produtos e metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam soluções para a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida. De acordo com esse conceito, tecnologia social faz uma vinculação prática entre os problemas sociais e as alternativas para suas soluções, utilizando-se de saberes diversos.

Enfim, o produto, método, processo ou técnica relativo à tecnologia social é criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reaplicabilidade) e impacto social comprovado.

É um conceito contemporâneo que remete a uma proposta inovadora de desenvolvimento (econômico ou social), baseada na disseminação de soluções para problemas essenciais como demandas por água potável, alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente, entre outras.

As tecnologias sociais podem originar-se quer no seio de uma comunidade quer no ambiente acadêmico. Podem ainda aliar os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos. Importa, essencialmente, que a sua eficácia possa ser alcançada ou repetida por outras pessoas, permitindo que o desenvolvimento se multiplique entre as populações atendidas, melhorando a sua qualidade de vida.

São numerosos os exemplos de tecnologia social, indo do clássico soro caseiro até as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam o problema da seca, passando pela oferta de microcrédito, ou ainda pelos Encauchados de Vegetais da Amazônia, que geram renda para populações indígenas e seringueiros, ao agregar valor à borracha nativa, entre outros.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

## **Gabinete do Vereador John Monteiro – PT do B**

São várias as razões que justificam a inclusão da tecnologia social no âmbito de uma política de ciência e tecnologia. O acesso à tecnologia deve ser visto como um direito humano e um direito social, que se vincula ao direito à educação e ao conhecimento.

Por se voltar para a resolução de problemas concretos, a tecnologia social se vincula também ao direito à vida e a condições dignas de existência. Estando no campo dos direitos, o acesso à tecnologia social está diretamente relacionado com o direito de acesso ao conhecimento e ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade.

Por essas razões e pelas características peculiares de buscar associar a produção e a sistematização do conhecimento à resolução de problemas concretos é que as tecnologias sociais devem ser reconhecidas nos campos da ciência, da tecnologia e da inovação.

Ademais, a Constituição Federal, de 1988, define como missão preponderante do sistema de ciência e tecnologia, além do desenvolvimento do sistema produtivo, a resolução dos problemas da sociedade brasileira.

A matéria encontra-se no rol de competência legiferante do Município. Numa análise preliminar, quanto aos aspectos formais de juridicidade, legalidade e juridicidade, podemos afirmar que não há óbice à aprovação da matéria nesta Casa.

Pouco conhecida conceitualmente, a tecnologia social está, na prática, disseminada em várias áreas, mobilizando uma série de atores como organizações da sociedade e até mesmo universidades, que produzem estudos e pesquisas nos diversos campos de conhecimento, que fundamentam e geram experiências, programas e projetos, técnicas, produtos e serviços, metodologias aplicáveis às resoluções dos mais variados problemas vivenciados pelas populações urbanas ou rurais do país. Apesar de produzirem conhecimentos que, pelas suas características, se enquadram no âmbito da ciência e tecnologia, não há um arcabouço legal em Fortaleza que reconheça, organize e fomenta as atividades dessa natureza.

Essa lacuna, além de privar parte da população das melhorias advindas da aplicação em escalas de conhecimentos já produzidos, impede o desenvolvimento produtivo e econômico que deriva da aplicação e da disseminação de tecnologias sociais.

Em Fortaleza, a experiência do Orçamento Participativo Criança e Adolescente (OPCA) foi integrada ao Banco de Tecnologias Sociais pela Fundação Banco do Brasil, que, junto com a UNESCO e PETROBRÁS, a ela conferiu o certificado de "Tecnologia Social". A certificação fez parte da seleção do "Prêmio Banco do Brasil de Tecnologias Sociais 2009" que tem como objetivos identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais (produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis) desenvolvidas na




**CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA**

**Gabinete do Vereador John Monteiro – PT do B**

interação com a comunidade e que representem soluções efetivas de transformação social.

Na esfera federal, há projetos de tecnologias sociais, em todos os ministérios, que se tornaram políticas públicas, como o da Multimistura ou das cisternas para produção e consumo voltadas para moradores de locais que sofrem com a seca.

A proposição que trazemos à apreciação desta Casa é a necessidade de o poder público assumir o fomento dessas práticas, como forma de potencializar as possibilidades de desenvolvimento do Município, associado ao atendimento às demandas sociais. O reconhecimento jurídico da tecnologia social pode impulsionar uma mudança na própria concepção tradicional de ciência e tecnologia.

  
**Vereador John Monteiro**  
**PT do B**